

Comportamento da receita do Estado em 2013

Os recursos captados e administrados pelo Estado de Minas Gerais para fazer frente às despesas mostram que a receita estadual em 2013 somou R\$ 70.958 milhões, subindo 8,8% em comparação com 2012. O secretário da Fazenda Leonardo Colombini destacou, nessa composição, a participação significativa dos recebimentos correntes, totalizados em R\$ 55.605 milhões em 2013, cerca de 7,8% acima do arrecadado no ano anterior.

O Secretário da Fazenda Leonardo Colombini analisou que essa variação foi influenciada pelo comportamento da receita tributária e das transferências correntes, que juntas participam com a maior parcela da receita orçamentária (89%). “Os números referentes a essas receitas seriam melhores não fossem o tímido crescimento da economia brasileira e as desonerações tributárias realizadas pelo Governo Federal”, reiterou Colombini.

De acordo com o Secretário, o controle de preços da energia elétrica atingiu as receitas do Estado, bem como as medidas de desonerações tributárias praticadas pela União como a redução, a zero, das alíquotas da CIDE dos combustíveis e a redução do percentual de incidência do IPI sobre automóveis, eletrodomésticos da linha branca e outros bens, que compõem a cesta de tributos arrecadados pela União e divididos com os estados e municípios.

Segundo o secretário de Fazenda, na composição da receita total do Estado, a maior parcela de contribuição vem da receita tributária. No ano passado essa arrecadação superou as expectativas quando entraram R\$ 43.482 milhões para os cofres do Governo Estadual – uma alta de 12,0% em relação de 2012, um ano em que a receita já tinha apresentado um bom desempenho (R\$ 38.837 milhões).

De acordo com Colombini, contribuiu para esse resultado a boa performance da arrecadação do ICMS e dos demais tributos, aí englobados o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), o Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCD), o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) e outras taxas amparadas pelos avanços na gestão da receita estadual.

ICMS lidera receita tributária

O ICMS liderou a receita tributária atingindo R\$ 35.245 milhões em 2013, o equivalente a 81,1% dessa receita, superando em 11,7% o recolhido no ano anterior. Na execução mensal do ICMS durante os anos de 2012 e 2013 houve sucessivos ganhos mensais de arrecadação, em 2013,

permanecendo a trajetória do ICMS acima do realizado em 2012, com destaque para os resultados apresentados nos últimos meses do ano. Houve evolução ascendente na sequência de crescimento da arrecadação mensal em 2013, que partiu de R\$ 2.931 milhões em janeiro e atingiu R\$ 3.490 milhões em dezembro.

O secretário de Fazenda explicou que o ICMS é um dos tributos com arrecadação mais sensível ao ritmo da atividade econômica. Entretanto, segundo ele, um esforço adicional da administração tributária estadual, preocupada com a estabilidade financeira, fez a diferença em 2013. “Nem mesmo o fraco crescimento da economia e a perda expressiva com a receita de ICMS de energia elétrica (em torno de R\$ 550 milhões) impediram que a arrecadação desse tributo em 2013 (R\$ 35.245 milhões) superasse o previsto para o orçamento desse ano (R\$ 35.011 milhões)”, afirmou.

Para Colombini, a diferença de arrecadação de 2013 para o ano de 2012 decorreu de várias ações de controle fiscal da administração tributária, dentre as quais se destacam as desenvolvidas de forma integrada com a Advocacia-Geral do Estado e o Ministério Público, cujos ganhos expressivos ocorreram no setor automotivo e de mineração. Além delas as ações tomadas pela administração tributária, objetivando a convergência de entendimento entre o fisco e o contribuinte relativamente à definição da base de cálculo em operações interestaduais de minério de ferro, proporcionaram ingressos significativos aos cofres públicos.

No cômputo global, apesar da perda de receita da energia elétrica (R\$ 550 milhões), esses feitos proporcionaram um acréscimo em torno de R\$ 780 milhões além das projeções que apontavam para uma arrecadação abaixo do previsto no orçamento de 2013. O fato de a arrecadação ter ultrapassado a marca orçamentária, mesmo em um ano difícil, demonstra que o trabalho da receita estadual foi fortalecido com buscas de alternativas de receitas sem aumento de alíquotas (majoração tributária).

Nesse conjunto de receitas, o resultado positivo apresentado se deveu também ao recolhimento atípico relativo à Dívida Ativa do ICMS, que aumentou de R\$ 158 milhões em 2012 para R\$ 243 milhões em 2013 – uma elevação de 54,0% no período, com concentração da receita no mês de dezembro, resultante das operações realizadas pela receita estadual.

União deixou de repassar R\$ 1,7 bilhão para Minas em 2013

De acordo com o Secretário Leonardo Colombini, em 2013, Minas Gerais teve uma perda de receita da ordem de R\$ 1,7 bilhão em função de desonerações e reduções de repasses por parte do Governo Federal. A tabela a seguir resume essas perdas:

Perdas de receitas de Minas em 2013

	R\$ milhões
Perda de receita da CIDE em razão da renúncia fiscal do Governo Federal	300
Redução da arrecadação do ICMS de energia elétrica em razão da redução da tarifa de energia elétrica	550
Não recebimento do Auxílio Financeiro (*)	320
Redução da receita do IPI-Exportação em razão da renúncia fiscal do Governo Federal (*)	80
Redução da receita do FPE em razão da renúncia fiscal do Governo Federal (*)	503
TOTAL DA PERDA DE RECEITA EM 2013	1.753

Fonte: Subsecretaria do Tesouro Estadual / SEF - MG

Nota (*): Estimativas em relação ao orçamento 2013

O secretário da Fazenda destacou as reduções das transferências da União em R\$ 248 milhões, comparados ao ano anterior, passando de R\$ 6.217 milhões para R\$ 5.969 milhões, o equivalente a uma variação de -4,0% no biênio em análise. Nesse grupo, estão incluídos os repasses do IPI – Exportação, do Fundo de Participação dos Estados (FPE), dos subsídios aos fundos constitucionais, das compensações financeiras de recursos naturais, da receita da CIDE-combustível, dos repasses da Lei Kandir e de outras transferências de menor valor.

Segundo Colombini, a decisão do Governo Federal de continuar a desonerar a economia, com vistas a acelerar o ritmo de crescimento, atingiu a arrecadação dos tributos federais em 2013 e por consequência comprometeu os repasses dos impostos compartilhados aos estados e municípios. As transferências do Fundo de Participação dos Estados cresceram 7,5% em relação a 2012 e poderiam ser maiores não fosse o moderado desempenho da arrecadação dos impostos sobre produtos industrializados, o IPI, e sobre a renda e proventos de qualquer natureza, o IR, que compõem a base de formação do referido fundo.

Com relação ao IPI, o secretário demonstrou que a baixa está relacionada não apenas ao desaquecimento da economia, mas também à conservação das políticas de desonerações realizadas para estimular a economia. No caso das transferências da CIDE-Combustível, o impacto das desonerações feitas pelo Governo Federal foi direto, causando uma perda de receita de R\$ 120 milhões de 2012 para 2013, o equivalente a uma queda de 94,9% no biênio. Em junho de 2012, com base no Decreto 7.764, de 22/06/12, as autoridades fiscais tomaram a decisão de zerar as alíquotas referentes à gasolina e ao diesel.

Quanto às transferências relativas à Compensação Financeira por Isenção às Exportações (Lei Kandir), Leonardo Colombini apresentou os valores transferidos em 2013 que totalizaram R\$ 189 milhões, semelhante ao recebido em 2012. Os montantes devidos a título de Auxílio Financeiro e relativos ao exercício de 2013, no valor de R\$ 315 milhões, não foram repassados ao Estado até dezembro de 2013. Em razão desse fato, no somatório das duas transferências (Lei Kandir e Auxílio Financeiro), o valor recebido em 2013 (R\$ 189 milhões) foi bem menor que o transferido em 2012 (R\$ 552 milhões). No conjunto das transferências da União estão incluídos ainda os repasses do Fundo Nacional de Saúde, a título de Gestão Plena do Sistema Estadual de Saúde, totalizados em R\$ 1.038 milhões em 2013, valor 1,1% maior que o recebido em 2012 (R\$ 1.026 milhões).

Em relação aos recursos recebidos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) verifica-se que essa receita alcançou R\$ 5.840 milhões em 2013 contra R\$ 5.325 milhões em 2012, registrando um crescimento 9,7% no período. Entretanto, o secretário de Fazenda assinalou que apesar de o Estado ter recebido o valor de R\$ 5.840 milhões em 2013, ele aportou como contribuição para a formação do Fundo, no mesmo ano, R\$ 6.542 milhões. Essas movimentações geraram para o Estado uma perda de receita da ordem de R\$ 702 milhões em 2013, já que foram repassados para o Fundeb mais recursos do que retornou do mesmo aos cofres estaduais.

Nas outras transferências correntes, no montante de R\$ 268 milhões, tem-se como relevantes aquelas de Convênios, cujo valor em 2013 alcançou R\$ 237 milhões, inferior em 3,6% ao repasse de 2012 (R\$ 246 milhões). A evolução da receita de capital, que segundo os dados, apresentou acréscimo de 22,1% em comparação com o ano de 2012, foi desencadeada pelo aumento da realização de operações de crédito em 2013 (R\$ 5.876 milhões), autorizadas pelo Tesouro Nacional de forma a viabilizar investimentos importantes no Estado.

Cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal

De acordo com o Secretário da Fazenda o Estado cumpriu também todos os indicadores fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Em observância ao cumprimento do limite da Despesa com Pessoal do Executivo, que não deve exceder a 49% da Receita Corrente Líquida (RCL), Minas Gerais cumpriu seu indicador, calculado em 41,49%, permanecendo dentro do limite prudencial de 46,55%.

No que se refere à relação Dívida Consolidada Líquida (DCL) sobre a Receita Corrente Líquida (RCL), ele esclareceu que o Estado cumpriu o indicador em 2013. Segundo dados apresentados para o exercício de 2013, a DCL como proporção da RCL alcançou 183,38%, ficando abaixo do limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal fixada em 206,85%.

Outro importante indicador diz respeito ao cumprimento do art. 42 da LRF, que trata da disponibilidade de caixa. Por esse indicador, o Poder Executivo apresentou resultado positivo, ou seja, mostrou-se solvente para cumprir com suas obrigações de curto prazo com saldo positivo superior a R\$ 260 milhões.

O secretário demonstrou ainda que o Estado aplicou recursos em áreas de relevância para a sociedade, como Saúde e Educação. Segundo ele, em 2013, o Estado aplicou em Educação 32,06% do orçamento, portanto mais que os 25% estabelecidos na Constituição Federal. Já nas ações e serviços públicos de Saúde, o índice de aplicação de recursos atingiu o percentual de 12,29% da receita oriunda de impostos e transferências federais livres, ficando acima do piso estabelecido pela Emenda Constitucional 29/2000, segundo a qual deve-se aplicar nessas ações no mínimo 12% do produto proveniente de receitas resultantes de impostos, deduzidas as transferências constitucionais aos municípios.

O secretário Leonardo Colombini ressaltou ainda que todos os resultados contribuíram para que as agências internacionais de classificação de risco Standard & Poor's e Moody's Investors Service mantivessem em 2013 o "Grau de Investimento" concedido ao Estado de Minas Gerais em 2012.

De acordo com as agências, a manutenção da nota de Minas Gerais no grau de investimento reflete o sólido desempenho estadual, além do ambiente operacional estável. A agência informa ainda que a recente redução da perspectiva da nota do Brasil não permitiu qualquer mudança substancial no perfil de crédito do Estado de Minas. Entre os pontos positivos considerados no relatório da Moody's, destacam-se a crescente e sólida fonte de arrecadação própria e uma base econômica diversificada, a manutenção da tendência dos saldos operacionais brutos e superávit financeiro, além de políticas e práticas de gestão claras.

"Essas avaliações representam o reconhecimento internacional da capacidade e da organização financeira de Minas Gerais, mesmo em um contexto de dificuldades econômicas nos cenários brasileiro e mundial", afirmou o secretário de Estado da Fazenda de Minas Gerais, Leonardo Colombini.

Entregas do Governo de Minas à população

O ano de 2013 foi marcado por importantes entregas à população. A secretária Renata Vilhena apresentou alguns resultados na área da Segurança, Saúde, entre outros. Segundo ela, foram repassados R\$ 221,7 milhões para custear a Rede de Urgência e Emergência. Além disso, 81 unidades básicas de saúde foram contempladas com R\$ 88.892.400,00 para obras de construção, reforma e ampliação. Já o Programa de Fortalecimento e Melhoria da Qualidade dos Hospitais de Minas Gerais (Prohosp-MG) recebeu investimentos da ordem de R\$ 155 milhões em 2013, beneficiando 140 hospitais em todas as regiões do Estado.

A área da Segurança também teve entregas significativas. O Programa Fica Vivo! atendeu, nas oficinas, 12.834 jovens, por mês. E o sistema prisional apresentou expansão de 1.344 novas vagas por meio da inauguração de duas unidades prisionais no complexo penitenciário de Ribeirão das Neves sob regime de Parceria Público Privada (PPP).

“É importante entendermos que estes são apenas alguns dos resultados do conjunto de entregas realizadas para a população em diversas áreas. E esta é a nossa obrigação enquanto gestores públicos. Precisamos acompanhar e entender as oscilações da economia mundial, buscando alternativas de forma a evitar que estes percalços atinjam o cidadão mineiro, que precisa do Estado para ter uma vida melhor e mais digna”, concluiu Renata Vilhena.